



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0298468-5

APELANTE: Adalcir Carlos da Silva Filho

APELADO: Estado de Pernambuco

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO (QUINQUÊNIOS). INCORPORAÇÃO DOS QUINQUÊNIOS ADQUIRIDOS AO SOLDADO MILITAR PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 169/2011. PRESERVAÇÃO DO VALOR NOMINAL DA REMUNERAÇÃO GLOBAL. INEXISTÊNCIA DE DIREITO À MANUTENÇÃO DE REGIME DE COMPOSIÇÃO DE VENCIMENTOS. APELO IMPROVIDO. 1. A matéria de fundo gira em torno da pretensão do apelante em restabelecer a forma de cálculo originária da Gratificação Adicional de Tempo de Serviço (GTS), nos moldes da Lei nº 10.426/90, objetivando evitar seu decesso remuneratório. 2. Ora, no âmbito do Estado de Pernambuco, a partir da Emenda Constitucional nº 16/99, editada com o objetivo de harmonizar a Constituição Estadual às alterações promovidas pelas Emendas à Constituição Federal de nºs 19 e 20, a Gratificação Adicional de Tempo de Serviço (quinquênio) foi suprimida do ordenamento jurídico. 3. Nesse contexto, quando extinto o adicional por tempo de serviço, só mantiveram o direito à respectiva percepção aqueles servidores que já haviam satisfeito a condição (até então) prevista em lei de cinco anos de efetivo exercício (estando o apelante incluído neste grupo, conforme se observa dos contracheques acostados aos autos). 4. Logo, a partir da EC nº 16/99, deixaram de ser computados os quinquênios subsequentes. 5. Por outro lado, verifica-se que a Lei Complementar nº 169/2011, ao redefinir a estrutura de remuneração dos policiais militares do Estado, determinou a incorporação ao soldo da *Gratificação Adicional de Tempo de Serviço* (GTS) percebida por aqueles que adquiriram o direito à sua percepção antes do advento da EC nº 16/99, estabelecendo, em seu artigo 3º, que as modificações introduzidas pelo novo diploma legal não poderão resultar em decesso remuneratório aos militares. 6. Dos contracheques acostados pelo próprio autor, observa-se que, a partir da vigência da LC nº 169/2011, a sua remuneração não só não teve decesso como em verdade foi majorada. 7. Segundo a jurisprudência da Suprema Corte, o art. 37, XV, da Constituição Federal tutela a irredutibilidade nominal da remuneração global do servidor público, compreendida nesta a soma de todas as parcelas, gratificações e/ou vantagens, não existindo direito à manutenção do regime de composição de vencimentos. 8. Apelação cível improvida, à unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da Apelação Cível nº 0298468-5, acima referenciados, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em negar provimento à apelação cível, nos termos do voto do Relator, que integra o acórdão.

Recife, 2 de maio de 2013 (data do julgamento).


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0298468-5
APELANTE: Adalcir Carlos da Silva Filho
APELADO: Estado de Pernambuco
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO

Trata-se de **apelação cível** interposta em face de sentença (fls. 60/60v) que julgou **improcedente** a ação ordinária proposta por Adalcir Carlos da Silva Filho contra o Estado de Pernambuco, com fundamento na inexistência de direito adquirido a regime jurídico de composição de vencimentos por parte dos servidores públicos e na ausência de certidão de tempo de efetivo exercício.

Nas razões da apelação (fls. 66/74), sustenta o autor, ora apelante, policial militar da ativa, que: (i) a Lei 169/2011 *"violou o preceito constitucional da irredutibilidade de salário e o princípio da isonomia"*, posto que *"o policial militar que jamais recebeu a gratificação não teria a sua remuneração equiparada aos policiais militares mais antigos que faziam jus a Gratificação Adicional de Tempo de Serviço"*; (ii) *"Nota-se, pela própria tabela anexada à LC 169/2011, que existe um congelamento dos soldos pagos aos policiais militares até o ano de 2014"* e a extinção da Gratificação de Tempo de Serviço (GTS) *"acarretará, em longo prazo, decesso remuneratório aos policiais militares, pois a cada cinco anos haveria um acréscimo de 5% (cinco por cento) em suas remunerações"*; (iii) *"a LC nº 169/2011 afirma, expressamente, que não poderá restar configurado o decesso remuneratório para os Militares do Estado"*; (iv) a jurisprudência do STF entende que *"em sede de remuneração de servidores públicos, as vantagens de ordem pessoal, consideradas como tal os adicionais por tempo de serviço e as gratificações concedidas em razão da natureza ou do local de trabalho, uma vez incorporados ao patrimônio do servidor, não podem ser extintas"*.

O Estado ofereceu contra-razões, às fls. 78/96, alegando, em síntese, que: (i) a *"Gratificação Adicional de Tempo de Serviço foi extinta pela Lei Complementar Estadual nº 169/2011, que redefiniu a estrutura de remuneração dos Militares do Estado de Pernambuco"*; (ii) a referida lei *"introduziu nova forma de cálculo da remuneração da Polícia Militar do Estado, não importando em qualquer redução nominal dos valores percebidos por tais servidores"*; (iii) *"A doutrina pátria (...) é concorde quanto à ausência de direito adquirido a regime de cálculo de vencimentos pelo servidor público ativo ou inativo e seus pensionistas"*; (iv) *"no concerne ao pleito de acréscimo duas incidências da gratificação adicional por tempo de serviço, conforme informa o contracheque à fl. 23/24, o demandante ingressou no serviço público em 03 de julho de 1989"* e *"a Emenda Constitucional n. 16, de 04 de junho de 1999, vedou, no âmbito estadual, o pagamento ao servidor público, ao militar do Estado e aos empregados das entidades da administração indireta que recebam transferência do tesouro de qualquer adicional relativo a tempo de serviço"*.

119
cif



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

A douta Procuradoria de Justiça declinou da sua participação no feito às fls. 109/115.

É o que importa relatar.

Inclua-se em pauta, para julgamento oportuno.

Recife, 15 de abril de 2013.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator

124
2



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0298468-5
APELANTE: Adalcir Carlos da Silva Filho
APELADO: Estado de Pernambuco
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

VOTO

Como visto, a matéria de fundo gira em torno da pretensão do apelante de restabelecer a forma de cálculo originária da Gratificação Adicional de Tempo de Serviço (GTS), nos moldes da Lei nº 10.426/90, objetivando evitar seu decesso remuneratório.

Cuida-se, pois, de “quinqüênio”, nos termos do art. 20 da Lei nº 10.426/1990, que dispunha:

“Art. 20. A Gratificação Adicional de Tempo de Serviço (GTS) é devida ao servidor militar **por quinqüênio de efetivo exercício prestado à União, aos Estados, aos Municípios e às respectivas autarquias.**

(...)”.

Ora, no âmbito do Estado de Pernambuco, a partir da Emenda Constitucional nº 16/99, editada com o objetivo de harmonizar a Constituição Estadual às alterações promovidas pelas Emendas à Constituição Federal de nºs 19 e 20, a Gratificação Adicional de Tempo de Serviço (quinqüênio) foi **suprimida** do ordenamento jurídico.

A propósito disso, eis o teor do art. 131, da Constituição Estadual, *in verbis*:

“Art. 131.....

§ 7º É vedado o pagamento ao servidor público e aos empregados das entidades da administração indireta que recebam transferência do tesouro:

I – de qualquer adicional relativo a tempo de serviço”.

Nesse contexto, quando extinto o adicional por tempo de serviço, só mantiveram o direito à respectiva percepção aqueles servidores que já haviam satisfeito a condição (até então) prevista em lei de cinco anos de efetivo exercício (estando o apelante incluído neste grupo, conforme se observa dos contracheques de fls. 21/26).

Logo, a partir da EC nº 16/99, **deixaram de ser computados os quinqüênios subseqüentes.**

A esse respeito, como é cediço, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é pacífica no sentido de que não há direito adquirido à manutenção de regime jurídico



125
2



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

por parte dos servidores públicos civis e militares, razão pela qual a extinção da vantagem em comento operou-se de acordo com os ditames constitucionais.

Por outro lado, verifica-se que a Lei Complementar nº 169/2011, ao redefinir a estrutura de remuneração dos policiais militares do Estado, determinou a incorporação ao soldo da *Gratificação Adicional de Tempo de Serviço* (GTS) percebida por aqueles que adquiriram o direito à sua percepção antes do advento da EC nº 16/99, *in verbis*:

Art. 2º Fica extinta, a partir de 1º de julho de 2011, a Gratificação Adicional de Tempo de Serviço, instituída pela Lei nº 10.426, de 27 de abril de 1990, e alterações, por incorporação dos seus respectivos valores nominais ao soldo dos Militares do Estado.

Restou estabelecido, ainda, no art. 3º da referida Lei Complementar, que as modificações introduzidas pelo novo diploma legal não poderiam resultar em decurso remuneratório aos militares, e bem assim que as eventuais diferenças detectadas a partir da nova sistemática deveriam constituir *parcela de irredutibilidade de vencimentos*, *in litteris*:

Art. 3º Das disposições constantes nos artigos anteriores não poderá resultar decurso remuneratório para o Militar do Estado, salvo em razão de erro de cálculo ou reforma de decisão anterior, cuja eventual diferença detectada deverá constituir parcela de irredutibilidade de vencimentos, expressa e fixada nominalmente.

§ 1º- O valor da parcela de irredutibilidade de vencimentos de que trata o caput deste artigo será definido de forma a assegurar, aos Militares do Estado, um reajuste mínimo de 5% (cinco por cento) em relação à sua remuneração atual, e será concedida em caráter precário, enquanto persistir a diferença que a originou, devendo ser suprimida, parcial ou integralmente, quando de posteriores majorações na remuneração desses servidores, a qualquer título.

§ 2º- Para efeito do disposto no parágrafo anterior, considerar-se-á vencimentos os valores definidos nos termos do artigo 1º, § 2º, alínea "b", da Lei Complementar nº 13, de 30 de janeiro de 1995.

Compulsando os autos, observa-se dos contracheques acostados pelo próprio autor, às fls. 21/26, que, a partir da vigência da LC nº 169/2011, a sua remuneração sofreu uma majoração, preservando-se a garantia constitucional da irredutibilidade do *quantum* remuneratório auferido pelo servidor.

Com efeito, consoante a mais abalizada doutrina e a jurisprudência da Suprema Corte, o art. 37, XV, da Constituição Federal tutela a **irredutibilidade nominal da remuneração global do servidor público**, compreendida nesta a soma de todas as parcelas, gratificações e/ou vantagens.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Ademais, é consabido que os critérios legais com base em que o referido *quantum* foi estabelecido podem sofrer modificações, pelo que é firme o entendimento do Supremo Tribunal Federal no sentido de que os servidores públicos não têm direito adquirido à inalterabilidade do regime jurídico de composição de vencimentos.

Nesse sentido, trago à colação os seguintes arestos do Supremo Tribunal Federal, *verbis*:

“EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. SERVIDOR INATIVO. GRATIFICAÇÃO. REDUÇÃO. OFENSA AO PRINCÍPIO DA IRREDUTIBILIDADE DE VENCIMENTOS. INOCORRÊNCIA. É pacífico o entendimento desta Corte no sentido de que inexiste direito adquirido a regime jurídico. O STF tem admitido redução ou mesmo supressão de gratificações ou outras parcelas remuneratórias desde que preservado o montante nominal da soma dessas parcelas, ou seja, da remuneração global. Precedentes. Agravo regimental a que se nega provimento.” (RE-AgR 445810/PE, DJ 06-11-2006, PP-00046). Grifei.

“EMENTA: RECURSO EXTRAORDINÁRIO - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO RECURSO DE AGRAVO - SERVIDORES PÚBLICOS MILITARES - INATIVOS E PENSIONISTAS - ADICIONAL DE INATIVIDADE - SUPRESSÃO - INALTERABILIDADE DO REGIME JURÍDICO - DIREITO ADQUIRIDO - INEXISTÊNCIA - REMUNERAÇÃO - PRESERVAÇÃO DO MONTANTE GLOBAL - AUSÊNCIA DE OFENSA À IRREDUTIBILIDADE DE VENCIMENTOS - RECURSO IMPROVIDO. - Não há direito adquirido do servidor público à inalterabilidade do regime jurídico pertinente à composição dos vencimentos, desde que a modificação introduzida por ato legislativo superveniente preserve o montante global do estipêndio até então percebido e não provoque, em consequência, decesso de caráter pecuniário. A preservação do quantum global, em tal contexto, descaracteriza a alegação de ofensa à garantia constitucional da irredutibilidade de vencimentos e/ou proventos. Precedentes.” (RE-ED 468076 / RS - RIO GRANDE DO SUL, DJ 31-03-2006 PP-00038). Grifei.

Por fim, cumpre assinalar que não procede a arguição de ofensa ao princípio da isonomia, em virtude da incorporação da GTS ao soldo militar, uma vez a Constituição Federal de 1988 não erigiu o tempo de serviço como fator a ser compulsoriamente observado no cálculo da remuneração dos servidores públicos.

Ante o exposto, **nego provimento à apelação cível.**

Ê o voto.

Recife, 2 de maio de 2013.

Des. Francisco Bandeira de Mello
 Relator